

## **PÓS-MODERNIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÃO SOCIAL<sup>1</sup>**

Cristiane Lessa dos Santos

Raquel Fabiano Póvoa



### **1. Introdução**

Este texto objetiva, de forma preliminar e exploratória, apresentar uma aproximação inicial sobre a Pós-Modernidade, de que maneira ela viabiliza o projeto neoliberal e quais os seus rebatimentos nas políticas sociais públicas. Atém-se à análise bibliográfica de autores que produziram estudos mais profícuos em uma perspectiva crítica sobre Modernidade/Pós-Modernidade: Sérgio Paulo ROUANET, Fredric JAMESON, Perry ANDERSON e David HARVEY.

Inicialmente será feita referência à Modernidade, pois é sob a sua vigência que o homem se descobre como um ser dotado de razão, podendo, portanto, ser o dono de seu próprio destino.

A Modernidade pode ser caracterizada por uma série de transformações sócio-históricas, calcadas fundamentalmente em três pilares: a Universalidade, a Individualidade e a Autonomia. São estes pilares que começam a ser questionados a partir da década de 1960, sob o argumento de que estão colapsados. Inicia-se um movimento de crítica à razão e à ciência; enfim, a tudo o que busque a emancipação humana.

Na sequência será analisada a propalada “crise” da Modernidade, partindo do pressuposto de que esta, na verdade, é a tentativa de introdução das ideias Pós-Modernas como uma proposta de um novo projeto societário.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte do substrato teórico que integra a linha de pesquisa *Questão Social e Políticas Sociais*, do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS) ESS/UFRJ, inserido no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Por fim, serão elencadas as condições que viabilizaram o movimento da pós-modernidade, e de que maneira ela constrói uma ambiência social para a implantação do neoliberalismo e a reconfiguração das políticas sociais.

A crise do capitalismo na década de 1970 impõe a necessidade de o capital refundar o Estado, alterar as relações sociais e redesenhar as classes sociais como um todo. A Pós-Modernidade possui entre suas principais metas, a disseminação de uma onda de aversão às ideias universalistas oriundas da Modernidade, transformando-as em particularismos, que se materializam nas chamadas “identidades coletivas”, a exemplo da identidade do negro, da mulher, do idoso etc., direcionando as políticas sociais para estes “novos sujeitos sociais”. Os objetivos destes “novos sujeitos sociais”, por sua vez, fortalecem e atestam a ausência de organização ou articulação de uma alternativa à ordem burguesa, posto que eliminam o caráter da luta coletiva.

A Pós-Modernidade possui a sociabilidade calcada, sobretudo, no hiperindividualismo, e deste modo, apresenta-se “palatável” ao projeto neoliberal para introduzir políticas sociais de caráter focal, restrito e seletivo. A luta de classes, essência da “questão social”, é escamoteada, tendo como consequências mais imediatas a sua naturalização, banalização e criminalização.

## **2. A Modernidade**

O projeto civilizatório da Modernidade tem início no século XVIII, a partir do Iluminismo, sob o legado da Razão e da Ciência.

De acordo com Rouanet (1986; 1993), o projeto civilizatório da Modernidade possui como princípios fundamentais a Universalidade, a Individualidade e a Autonomia. A Universalidade engloba todos os homens, independente de nacionalidade, cultura, sexo ou etnia. A Individualidade considera o homem como um ser concreto, e não integrante exclusivo de uma coletividade. O pilar da Autonomia entende que os homens são indivíduos que pensam por si mesmos, sem se submeterem ao pensamento de outros homens ou de outras instituições. Esta esfera pressupõe um indivíduo com autonomia política (participativo nas ações políticas); com autonomia econômica (dominando os meios de produção), e, por fim, com autonomia intelectual (apto a pensar sem a tutela da religião).

É durante a Modernidade que se inaugura o período de desenvolvimento e crescimento da sociedade burguesa. O capitalismo ascendente se torna cada vez mais avesso ao *Ancien Régime* e tem início uma era na qual a ciência e a razão passam a ocupar um espaço antes reservado apenas à religião e suas teorias do Direito Divino. O dinamismo do capitalismo ascendente faz com que se anuncie um novo mundo, um novo Estado, com novas instituições, novos valores, novos homens. A burguesia adquire força, poder político e econômico, principalmente com a vitória da Revolução Francesa e, posteriormente, com a Revolução Industrial (que estabeleceu a supremacia burguesa na ordem econômica, ao mesmo tempo em que

acelerou o crescimento urbano e a formação da classe operária, bem como suas lutas e conquistas) e as Revoluções Socialistas.

Assim, a Modernidade cria uma nova sociabilidade, uma vez que ela provoca e instaura uma série de revoluções políticas, econômicas e sociais. A política, a ideologia e a cultura estavam fixadas nas bases do progresso tecnológico e científico, que visava a invenção e o aperfeiçoamento constantes de novos produtos e novas técnicas para maior desenvolvimento industrial.

No início do século XX, o capital ampliou a produção. Com a implantação do fordismo, ou seja, a confecção de artigos em série (o que barateava o custo da mercadoria por unidade produzida), foram introduzidas as linhas de montagem e a racionalização da produção, a partir do controle do movimento das máquinas e dos homens. Essa forma de produção proporcionou a geração de grandes concentrações econômicas e o capitalismo monopolista se consolida.

Os Estados Unidos possuíam uma economia baseada no *laissez faire*, na qual o Estado atuava de forma residual, mantendo-a até o período do pós-primeira guerra, momento em que a economia estadunidense sofre com o *crash* de 29, que provocou a queda da bolsa de Nova York, na qual os Estados Unidos assistiram o seu crescimento econômico ir em direção ao caos, gerando uma crise econômica mundial. Para os liberais, os problemas econômicos oriundos da crise seriam superados naturalmente, pois o mercado possuía uma tendência intrínseca à racionalidade, não cabendo ao Estado intrometer-se na ordem econômica. Contudo, a “mão invisível” do mercado não obteve êxito para manter a harmonia entre os interesses econômicos e os postos pela sociedade.

Um dos elementos que determinou o enfraquecimento da sustentação liberal foi o crescimento do movimento operário, que começou a tomar forma e a obter legitimação no âmbito político e social. Outro ponto de suma importância foi o “perigo vermelho”, a vitória do socialismo na Rússia em 1917, ameaçando a ordem nos países capitalistas, fazendo com que a burguesia, para impedir este tipo de movimento, reconhecesse direitos políticos e sociais.

O Brasil também sofre os reflexos econômicos da crise de 29. Este cenário ilustrou a solidificação das relações capitalistas brasileiras, e, em contrapartida, houve um fortalecimento da organização sindical e política dos trabalhadores no país. A partir da década de 30, o governo Vargas instaurou o processo de modernização conservadora e com isso, o Estado administra a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social, por meio da implementação das políticas sociais.

A superação da crise provocou uma inflexão na burguesia, fomentando o crescimento do emprego e do consumo e, para tanto, ressaltou a importância dos investimentos com o fundo público. Desta forma, as ideias de Keynes posicionaram-se em consonância com as medidas “anticrise”, de sustentação pública para superação da crise: o amortecimento da superacumulação, superprodução e a tendência ao subconsumo. Assim, o sistema produtivo fordista (produção e consumo em massa) se agrega ao keynesianismo para engendrar alternativas para a

crise, a partir da junção do sistema produtivo com a intervenção do Estado na economia, orientados pela produção em série e para o consumo em massas.

Contudo, a partir dos anos 60, o sistema fordista/keynesiano começa a se desconstruir: as taxas de crescimento econômico sofrem uma redução, consequência da diminuição dos postos de trabalho. Os neoliberais passam a questionar a forma pela qual o Estado intervinha na sociedade e o modo como eram conduzidas as políticas sociais.

### **3. Pós-Modernidade, Neoliberalismo e Política Social**

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, o fordismo/keynesianismo contribuiu para uma nova configuração do poder político orientado pela democracia de massas, que se equilibrava por meio de pressões do grande capital e das instituições políticas e sindicais. O Estado se reordenou, assumindo novos papéis: restabelecer o equilíbrio econômico, realizando investimentos na política fiscal, creditícia e de gastos.

Culturalmente, os anos 60 apresentaram o movimento de contracultura expresso na literatura e na filosofia. Jameson (1992) entende que os anos 60 foram o período de conquista da “autoconsciência dos povos oprimidos” e, desta forma, emergem novos “sujeitos da história”, constituindo as ditas “identidades” coletivas, materializadas na identidade do negro, da mulher, do idoso etc., desfazendo a concepção clássica de classe social, fragmentando-a na forma de segmentos sociais traduzidos nos movimentos das “minorias sociais”. Ao final dos anos 60 e início dos anos 70, foi o momento em que os Estados Unidos perdem a guerra com o Vietnã, o que reflete na legitimação política estadunidense.

Diante deste caldeirão de acontecimentos, houve um movimento que passou a questionar a Modernidade, sob o argumento de uma suposta “crise” que atinge os seus pilares. É em meio a esta ambiência que a pós-modernidade oferece uma série de alternativas para a crise, com o imperativo do particularismo em substituição a universalidade, que se aprofunda no conformismo e na sociedade de consumo.

No final dos anos 60, já se identificavam alguns elementos que fomentam a intensificação do capital: forte substituição do trabalho vivo por trabalho morto, maior enfoque no trabalho individual desvinculado do trabalho coletivo, investimento em equipamentos, e o aumento da socialização do trabalho vinculado à redução do emprego.

No Brasil, a década de 60 foi marcada pelo “não alinhamento” do contexto histórico brasileiro à conjuntura internacional. Isto porque, enquanto a Europa e os EUA procuravam saídas para a crise que já se anunciava, o governo militar instaura o “milagre brasileiro”, com a expansão do “fordismo à brasileira” (BEHRING & BOSCHETTI, 2006). Este sistema introduziu a produção em massa de automóveis e eletrodomésticos, ampliou o mercado interno, como também implantou a política social, com as devidas restrições no âmbito dos direitos civis e políticos. A questão social passa a ser enfrentada de modo dual entre a repressão e

a assistência, para controlar as forças de trabalho. Em meio a censura, o regime militar buscava legitimidade por meio da expansão das políticas sociais, centralizou a previdência social, incentivou a política de habitação, criando o Banco Nacional de Habitação (BNH).

O início da década de 70 ilustrou um momento de estagnação econômica, desconstruindo a teoria de que a crise do capital estava controlada pelo intervencionismo keynesiano. Em 1973, o capitalismo vivenciou mais uma crise clássica de superprodução, com a tendência ao subconsumo.

A crise do capitalismo dos anos 70 marcou a introdução da revolução tecnológica e organizacional da produção para atingir os superlucros, denominada de *reestruturação produtiva*. Outro aspecto importante é o processo de mundialização da economia, que impõe a redivisão social e internacional do trabalho. Aliada a reestruturação produtiva, a perspectiva neoliberal questiona o “excesso” dos direitos sociais e das políticas sociais.

O regime de acumulação flexível produz novas formas de lucratividade, a partir da flexibilização da produção (com o advento da robótica e da microeletrônica). Há uma exponenciação do setor de serviços e ampliação do trabalho morto, desestruturando o mundo do trabalho e desregulamentando os direitos trabalhistas, bem como sufocando os mecanismos tradicionais de organização dos trabalhadores. O regime de acumulação flexível está conectado ao modelo neoliberal, extinguindo os investimentos públicos e as conquistas sociais.

Desta forma, o sistema fordista/keynesiano cede ao regime de acumulação flexível, e o *Welfare State* às políticas neoliberais.

O projeto neoliberal possui outro tipo de política econômica, como também um novo padrão de relação Estado/sociedade civil, implicando no desenvolvimento das políticas sociais, abrindo o período da chamada “contrarreforma”, desarticulando as reformas democráticas e os direitos sociais. Uma das principais consequências da onda neoliberal foi o crescimento dos índices de desemprego, incluindo também a precarização das relações de trabalho, a ampliação de empregos temporários, parciais e instáveis, e a redução dos gastos com o sistema de proteção social.

O Brasil dos anos 80 sofreu com o crescimento da inflação e com a fragilidade financeira do setor público. Em contraponto, os movimentos operário e popular adquirem importante força política para o país, lutando pelo retorno das liberdades democráticas, contra a desigualdade e reafirmavam os direitos sociais e trabalhistas. A Carta Constitucional de 88 conferiu legalidade aos movimentos operário e popular, no que diz respeito aos direitos sociais, humanos e políticos. No entanto, em direção oposta, observa-se a perspectiva neoliberal que se espraia e avança.

Em 1990, o ajuste neoliberal é iniciado com Collor. O Estado passa pelo processo de contrarreforma e redirecionamento das conquistas instituídas pela Constituição. Nestas reformas, o Estado redireciona as políticas sociais na lógica da privatização, o que inclui a previdência, a saúde, a educação etc. Os direitos sociais

passam a ser reduzidos e restritos, e as políticas sociais assumem uma roupagem com ações pontuais e compensatórias.

O receituário neoliberal como já sinalizado, foi desenvolvido a partir do governo Collor de Melo, aprofundado com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e atualmente está sendo agudizado com a gestão de Lula da Silva. Netto (1996) e Behring (2002; 2003) analisam a disposição das políticas sociais atualmente sob a égide do capitalismo contemporâneo, seguido do ideário neoliberal. A política social no contexto do neoliberalismo sofre inflexões importantes: aumento de programas sociais de cunho assistencial, acompanhado da diminuição dos gastos sociais. O neoliberalismo esvazia o conteúdo de direito e de redistributividade; as políticas sociais são posicionadas na lógica da mercadoria, da privatização dos bens e serviços sociais, na compressão da intervenção estatal, concedendo apenas assistência focalizada e pontual para os mais necessitados.

Para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da ‘solidariedade’ individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não-governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui observa-se a emersão de uma espécie de clientelismo (pós)-moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada (BEHRING, 2003, p.65)

Desta forma, a política social no formato neoliberal utiliza a explosão das chamadas minorias sociais, construídas a partir das “novas identidades”, e o capitalismo se apropria deste discurso para introduzir políticas sociais com caráter fragmentado, focalizado e pontual; materializando-as em políticas “específicas” para a mulher, para o idoso, para o homossexual, para o portador de necessidades especiais etc. Não obstante, são políticas muito particularistas, que se perdem na sua especificidade sem considerar a perspectiva de coletividade, atendendo às necessidades emergenciais de determinados segmentos. Assim, a “questão social” e suas diversas refrações passam a ser naturalizadas e banalizadas, traduzidas como *problemas sociais* ou simplesmente marginalizadas.

A política neoliberal de Lula da Silva, que possui em seu discurso uma forte carga messiânica, conduz à despolitização e desorganização das massas, pois “desqualifica os partidos, os sindicatos, enfim, as organizações das classes trabalhadoras” (DIAS, 2006, p.147). A política social deste governo tem seu carro-chefe no Programa Fome Zero de “erradicação da fome”, seguido dos Programas Bolsa Família, Bolsa Escola.

Em suma, o capitalismo contemporâneo executa uma série de medidas “antissociais” para a população com o discurso travestido em “modernização”, e desta forma procura legitimar as ações do Estado neoliberal.

Em nome de uma modernização do Estado, institui-se uma série de contrarreformas, que mergulham os países em dívidas não somente de cunho

econômico, mas fundamentalmente sociais. Em contrapartida, o capital é cada vez mais forte e mais truculento nas suas formas de exploração.

Do mesmo modo, o Estado neoliberal implementa e executa políticas sociais baseadas na restrição de gastos, na privatização e mercantilização e no caráter seletivo, sob a roupagem de políticas sociais para a mulher, para o idoso, para a criança, que são tão particularistas e ferem de morte a perspectiva de universalidade proposta pela Modernidade.

Texto recebido em setembro de 2010.  
Aprovado para publicação em setembro de 2010.

### **Sobre as Autoras**

**Cristiane Lessa dos Santos** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ e assistente social do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Estadual Adão Pereira Nunes (Saracuruna). E-mail: [cristiane.lessa3@gmail.com](mailto:cristiane.lessa3@gmail.com)

**Raquel Fabiano Póvoa** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ e assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria de Assistência Social (SMAS). E-mail: [raquelpovoa@gmail.com](mailto:raquelpovoa@gmail.com)

### **REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ANDERSON, P.; THERBORN, G.; BORÓN, A.; SALAMA, P. & SADER, E. “A Trama do Neoliberalismo – mercado, crise e exclusão social”. In: GENTILI, P. & SADER, E. (orgs). **Pós-Neoliberalismo** – as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Eliziário. A consciência de ruptura pós-moderna. **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES-SN, n. 36, p. 83-96, Jul. 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2000.
- BEHRING, Elaine R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.
- DIAS, Edmundo F. **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. “Periodizando os anos 60”. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão do Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ROUANET, Sérgio Paulo. “A verdade e a Ilustração da Pós-Modernidade”. *In*: ROUANET, S.P. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. “Iluminismo ou barbárie”. *In*: **Mal-estar na Modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.